

Editorial

Mística e política

Carlos Frederico Barboza de Souza*

Recentemente, foram noticiadas pelo mundo as manifestações dos monges budistas de Mianmar (antiga Birmânia) pedindo abertura política e término da ditadura militar que rege o país há 40 anos. Exemplos como esses, de praticantes de alguma tradição religiosa envolvendo-se em questões que se alçam à esfera política, não são casos isolados nem no momento presente, nem na história das religiões. Basta que nos lembremos da figura de Muhammad (Maomé) e a organização política da comunidade por ele levada a cabo; podemos trazer também a figura de Jesus e as implicações sociais de sua pregação; a pessoa de Moisés e a normatização da vida social através do que se convencionou chamar de “Dez Mandamentos”; as figuras de muitos profetas da tradição judaico-cristã que denunciavam os abusos de poder da parte de seus governantes, bem como a justificação religiosa desses abusos por integrantes do poder religioso oficial.

Mas não é só o passado que está cheio desses exemplos. Podemos trazer à nossa memória pessoas como Hélder Câmara, Chico Mendes, Luther King, Malcon X, Gandhi, Oscar Romero, Desmond Tutu, Dorothy Stang, João Paulo II, Luís Flávio Cappio, Valdir Calheiros, Pedro Casaldáliga, entre muitos sacerdotes, pastores, leigos e leigas que se dedicaram a causas político-sociais, preocupados na defesa dos mais pobres e injustiçados, assim como na luta pela dignidade das pessoas. E, sem entrar no mérito acerca dos instrumentos e táticas de luta utilizados, não podemos nos esquecer do que tem sido denominado –

* Doutor e mestre em Ciência da Religião (UFJF) e professor de Cultura Religiosa da PUC Minas. e-mail: fredbarb@uol.com.br

sem muita precisão e compreensão, sobretudo por parte da mídia ocidental – como “fundamentalismo islâmico”. Portanto, baseando-se nessas menções, percebe-se a existência de alguma relação entre a fé, as tradições religiosas e a política.

Também devemos nos lembrar de místicos e místicas que, na busca da vivência coerente com suas experiências e fé, se defrontaram com os poderes de suas sociedades, sejam eles de caráter religioso, sejam eles de caráter político. Além disso, muitas vezes suas atitudes, gestos e palavras impactaram de alguma forma a sociedade em que viviam. Basta nos lembrarmos de Francisco de Assis, Bernardo de Claraval, João da Cruz e Teresa de Jesus, Inácio de Loyola, Simone Weil, Edith Stein, Dorothy Day, Thomas Merton, Ernesto Cardenal, Tito Brandsman, Dietrich Bonhoeffer, Ibn ‘Arabí, Hallaj, Heschel, Dag Hammarskjöld, Dalai Lama etc. E é notório que muitos deles acabaram sendo alvos de perseguições e chegaram até à morte sob os poderes instituídos de suas épocas.

Diante dos nomes acima citados, uma pergunta é inevitável: que relação existe entre fé, religião, mística e política? A amplitude da temática é grande ante a diversidade de situações, concepções e experiências inerentes a essas questões. A opção, em razão deste espaço editorial, será discutir a articulação entre mítica e política: que relação, se é que há, existe entre ambas? Que proximidades? Que distâncias? Que interfaces? E, para melhor nos aproximar dessas perguntas, seria interessante, antes, definir o que é mística. Isso facilitará a busca de uma relação entre esses dois campos.

Por mística se entende uma dimensão presente nas tradições religiosas e que possui características que lhe são peculiares. É uma experiência inefável, geradora de conhecimentos oriundos de intuições globais do Transcendente e da Vida. Nela se lida com o Imanipulável que não se prende a conceitos, que sempre está a desconstruí-los e a sugerir novas construções, não se identificando nem mesmo com a experiência que a pessoa tem dele. Através de seu caráter transitório, revela que não somente o ser humano não domina o Mistério, mas nem mesmo os rituais religiosos ou as posturas corporais ou os exercícios de meditação conseguem produzir a experiência mística e fazê-la perdurar temporalmente. Neste sentido, o sujeito, para se habilitar à vivência mística, deve necessariamente se munir de uma condição de receptividade radical e abertura ao Outro.

Portanto, na vivência mística, há um abrir-se à alteridade do Outro Absoluto e, conseqüentemente, um descentrar-se de si mesmo. É a experiência

de um despertar radical para a relação cujo centro é o Mistério que move “o eu em direção a uma jornada de conhecimento sem caminhos previamente traçados e sem seguranças outras do que a aventura da descoberta progressiva daquilo que alguém que não sou eu pode trazer. Esse ou essa que não é eu também não é isso (algo coisificado ou reificado) e sim, alguém que a mim se dirige, que me fala e a quem respondo, um ‘outro’ sujeito, cuja diferença a mim se impõe como uma epifania, uma revelação”.¹

Desta maneira, a mística exige e propicia o desenvolvimento, a partir da relação com o Outro, de uma postura de abertura ao outro, de escuta à sua verdade essencial ao mesmo tempo em que requer um saber lidar com a novidade, com o desconhecido que surpreende e, muitas vezes, choca ou desinstala. E esse outro também é o próprio contexto e realidade, bem como a natureza. Ou seja, a vivência mística propicia um novo olhar acerca de tudo que cerca o sujeito que a vive, assim como favorece atitudes pautadas por uma consciência trabalhada para se abrir a novas percepções do mundo e da realidade humana. Assim, os místicos fazem uma experiência do Absoluto que tem incidências no seu contexto vital e, muitas vezes, nos fiéis de sua própria tradição religiosa.

Que intercessões, porém, se pode conceber sobre o campo da política e o da mística?

Em um primeiro momento, é interessante perceber que ambos possuem semelhanças. Nos dois casos, procura-se, de maneira geral, realizar um projeto histórico, de uma sociedade que reconheça e favoreça os valores do Sagrado, no caso da mística; e de uma sociedade livre, igualitária ou feliz, no caso da política. A distinção entre ambos, nesse aspecto, será que o místico compreenderá sua realidade como possuindo relação com uma dimensão para além de sua experiência empírica imediata, enquanto o político se centrará em uma concepção da realidade presidida pela liberdade humana e o jogo de forças históricas que a forja.

Entretanto, a forma de realizar essa tarefa transformadora é distinta dependendo de onde se situe o sujeito: se for um místico, sua atuação pautar-se-á pela adesão ao Sagrado e seus princípios; se for um político, sua atuação pautar-se-á pela análise racional que as ciências sociais lhe fornecem acerca da realidade e as forças presentes nesta. Portanto, se no seu agir um místico pode

¹ Cf. Maria Clara Bingemer. A sedução do Sagrado. In: CALIMAN, Cleto. **A sedução do Sagrado**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 84.

fazer muitas vezes o que um político faz, sua motivação e inspiração se encontra em outro lugar, é de outra esfera: o de sua relação com o Mistério que ele crê tudo habitar.

Por outro lado, pode-se pensar a mística e a política como em mútua colaboração e serviço. A mística contribui, nesse sentido, oferecendo um horizonte de valores, assim como uma perspectiva utópica e esperançosa para a política, prática marcada muitas vezes por derrotas e por experiências desalentadoras, assim como por comportamentos escusos da parte de muitos políticos. Desta forma, ela é capaz de indicar que a eficácia não é o único critério de ação e que muitas vezes o fracasso pode ser a oportunidade do nascimento de novas concepções e idéias. Além disso, a mística oferece certa crítica à política, uma vez que pode ser capaz de perceber suas dimensões positivas e, ao mesmo tempo, suas dimensões macabras. Ou seja, a vivência mística pode oferecer uma capacidade de discernimento diante das realidades da política. Vai apontar para as ilusões de um poder que pode se crer absoluto em si mesmo e que seja capaz de resolução de todos os conflitos e questões que surgem da vida em coletividade. E, nesse sentido, aponta para a incompletude e a caducidade das construções humanas, que facilmente se tornam obsoletas, necessitadas de reavaliações e aprimoramentos. Aponta, igualmente, para a condição de fragilidade humana que não realiza com perfeição nem é capaz de manter os ideais mais nobres da política, como a igualdade e a solidariedade social.

Por sua vez, a política contribui para a mística: oferece a essa, primeiramente, possibilidade de realizar historicamente seus projetos. Ao mesmo tempo, possibilita um questionamento da mística, no sentido de que propicia formas de a experiência religiosa se expressar não desvinculadas de seu contexto histórico e da realidade social. Da mesma forma, pode revelar o uso ideológico das experiências místicas e das lideranças religiosas. De igual maneira, a política favorece que a mística não se instale apenas no mundo privado, das experiências interiores, eivado de concepções intimistas, mas a lança no espaço da coletividade, do social. Portanto, a política se torna necessária à mística no sentido de abri-la para dimensões e concepções outras que apenas a de sua relação com o Sagrado. Ou melhor, pode favorecer expressões místicas a melhor perceberem sua experiência com o Mistério, presentes e perpassando as experiências cotidianas e da busca do bem-estar coletivo através da atuação sociopolítica.

Como se pode perceber, a relação entre mística e política é fundamental para uma saudável vivência espiritual e pode colaborar para uma prática política

marcada por valores que se encontram além da busca pragmática de resultados. Entretanto, a experiência revela que nem sempre esse diálogo entre esses dois campos ocorre de maneira satisfatória. Cabe-nos desejar que a formação das lideranças políticas, religiosas e místicas seja marcada pela sobriedade e criticidade necessárias para que ambas se tornem cada vez mais um elemento de contribuição para o crescimento humano e da vida em sociedade. Que a busca de resultados não se sobreponha à prática dos valores ético-morais, assim como a busca da experiência mística não feche as pessoas em seu mundo intimista, impossibilitando-as, assim, de uma verdadeira e forte vivência transformadora (de si e de seu mundo).